DÉFICE 2017 Défice de 1,9% “é magnífico”, mas o preço pago é elevado



Elisabete Tavares 23.09.2017 / 09:05

**Para economistas, o défice não pode ser um fim em si mesmo. E o problema da dívida persiste.**

Que um défice público de 1,9% do produto interno bruto (PIB) no primeiro semestre de 2017 é positivo para o país, ninguém discute. Mas subsistem dois problemas. Primeiro, este défice tem sido conseguido a um preço muito elevado; segundo, o principal problema de Portugal persiste: o elevado nível de dívida pública. Quem o diz são economistas, analistas e responsáveis de investimento de bancos. Já o governo prefere destacar a descida do défice e a revisão em alta do crescimento económico no segundo trimestre deste ano para 3%.

“Não há dúvida que 1,9% de défice no primeiro semestre, comparados com 3,1% do mesmo trimestre do ano passado, é um bom número”, afirmou João Pereira Leite, Diretor de Investimento do Banco Carregosa.

Para Jack Allen, economista da casa de análise Capital Economics, em Londres, “os dados divulgados agora dão garantias de que Portugal está a caminho de reduzir o seu défice orçamental. A recente melhoria na economia ajudou, já que o Estado beneficiou de aumentos de receitas de impostos sobre empresas e IVA [o imposto sobre o consumo] e menor despesas com encargos com desempregados”, adiantou ao DN/Dinheiro Vivo. Allen antevê que este cenário continue e que “o défice orçamental atinja 1,5% do PIB este ano”.

E a própria DBRS, a próxima agência de rating a avaliar Portugal, a 3 de novembro, elogia o desempenho português. “Reconhecemos que a economia portuguesa teve uma performance muito forte até agora este ano, e a execução orçamental também foi em linha na primeira metade do ano, sobretudo devido ao crescimento das receitas”, afirmou Adriana Alvarado, analista principal da DBRS para Portugal. “A descida dos juros da dívida soberana é outro desenvolvimento favorável”, adiantou.

**Preço elevado e riscos**

A descida do défice “já nem é boa notícia, é magnífica notícia”, considerou Marcelo rebelo de Sousa, Presidente da República. Mas ainda não é tempo para atirar os foguetes e fazer a festa, alertam economistas e analistas.

 “Houve melhorias em Portugal nos últimos meses, mas precisa de ser sustentável no tempo”, disse a analista da DBRS. “O nosso foco está sempre no longo prazo. Além disso, a dívida pública continua elevada”, alertou. A DBRS tem um rating de grau de investimento atribuído a Portugal com uma perspetiva ‘estável’. Alvarado salientou que o rating pode subir se a melhoria nas finanças públicas for sustentada e as perspetivas para o crescimento no médio prazo forem reforçadas”. Isto porque, estes dois desenvolvimentos iriam melhorar a perspetiva para a dívida pública portuguesa.

Ainda esta semana o Commerzbank alertou que é um risco “fingir que os problemas de Portugal” desapareceram. O principal é a dívida elevada, mas também o malparado nos bancos.

Também João Pereira Leite lançou alertas. “É uma descida muito significativa (do défice) e ninguém pode negar que seja um bom número”. Mas “a questão é saber se este baixo défice está a comprometer serviços importantes para a população. Com cativações estreitar o défice não é difícil. Até poderíamos levar o défice a zeros, mas estrangulando o funcionamento dos serviços públicos”, referiu ao DN/Dinheiro Vivo. “Isto para dizer que o défice não é um fim em si mesmo. Mas não se pode negar que um défice baixo pode facilitar o caminho para a recuperação económica.”

 “Mesmo tendo tido algumas boas notícias, como a descida do défice e a subida do rating, o principal problema continua sem ser resolvido. E esse problema chama-se dívida pública”, considera João Pereira Leite e frisa que, “em vez do país andar a usar recursos que tem para investir, inovar e reestruturar a nossa economia, tem que usá-los para pagar juros e capital da dívida pública. Com um nível tão alto de dívida, temos de fazer um esforço orçamental permanente, mantendo o défice muito baixo e evitar assim novos aumentos de dívida”, adiantou. E defendeu que “na verdade, deveríamos ter folga para em anos de abrandamento económico poder ter um orçamento mais expansionista para compensar, mas não temos essa opção”.

**CGD não é problema**

Ontem, o INE divulgou ainda o relatório da segunda notificação sobre o Procedimento de Défices Excessivos, ainda sem incluir o possível efeito da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Os dados agora conhecidos apontam para um défice público previsto para este ano de 1,5% do PIB, contra o valor provisório de 2,0% em 2016, e um rácio de dívida pública de 127,7% do PIB face a 130,1% no ano passado.

Tal como o Dinheiro Vivo noticiou na quinta-feira, Bruxelas está tranquila quanto à eventual inclusão da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD) no cálculo do défice público em 2017. Ontem, o ministro das Finanças, Mário Centeno, reafirmou que o assunto “não é uma questão que levante grandes preocupações ao governo”, até porque “mesmo que isso aconteça, “não terá impacto na avaliação da Comissão Europeia.

Na prática, o Eurostat, o organismo europeu responsável pelas estatísticas, ainda está em conversações com o INE. m causa estão os 3,9 mil milhões de euros injetados pelo Estado na Caixa, equivalentes a 2,1% do PIB. O Eurostat anunciará se a CGD conta para o cálculo do défice nas próximas semanas. O governo tem de provar que foi um investimento.

 “O tratamento da injeção de capital na CGD ainda tem de ser clarificado. Contudo, como uma operação extraordinária, a injeção de capital não vai ter um impacto duradouro no défice”, explicou Adriana Alvarado, da DBRS. E lembrou que Bruxelas concordou em 2016 que a recapitalização não seria levada em conta para a meta do défice em 2017. “E, mais importante, a injeção de capital já foi incluída no rácio de dívida pública em 2016”.

**Impacto nos mercados**

Desde a subida de rating de Portugal pela Standard & Poor’s, no dia 15 de setembro, que “a reação dos mercados de capitais em Portugal foi francamente positiva, com os investidores a realocar rapidamente investimentos para títulos nacionais”, disse Steven Santos, gestor do BiG.

“Esta subida de rating não podia ter sido mais oportuna, dados os receios de que o Banco Central Europeu (BCE) comece a reduzir o programa de compra de ativos”, disse, adiantando que os juros da dívida deverão continuar nos atuais níveis. Quanto à bolsa portuguesa, “as reações foram muito favoráveis, com as empresas mais dependentes de financiamento a reagir positivamente de forma impulsiva e a preservar os ganhos até ao final da semana”.

 **CGD: Caso da banca italiana ainda em discussão**

Lorenzo Codogno, ex-economista-chefe e director-geral do Tesouro italiano disse ao DN/Dinheiro Vivo que a questão de incluir no défice as injeções de capital na banca “ainda são uma discussão aberta mesmo no caso italiano. Em particular, ainda não é claro se o empréstimo do Banco Intesa ao veículo detido pelo Estado que vai gerir a posição de crédito malparado, no valor de 4,8 mil milhões de euros, será considerado como dívida”, o que pessoalmente, considera provável.

“Mais, ainda não é claro que o valor justo das garantias para a liquidação dos bancos de Veneza possam ser registadas como défice”.

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/868353/>